

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

FOZ DO IGUAÇU

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	20
2.9. Monitoramento	22
2.10. Economia local	24
2.11. Capacidade empresarial.....	25
2.12. Aspectos sociais	27
2.13. Aspectos ambientais.....	28
2.14. Aspectos culturais.....	30
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE.....	32

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o **Ministério do Turismo (MTur)**, o **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)** e a **Fundação Getulio Vargas (FGV)** consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Foz do Iguaçu foi realizada entre os dias 01 e 05 de julho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

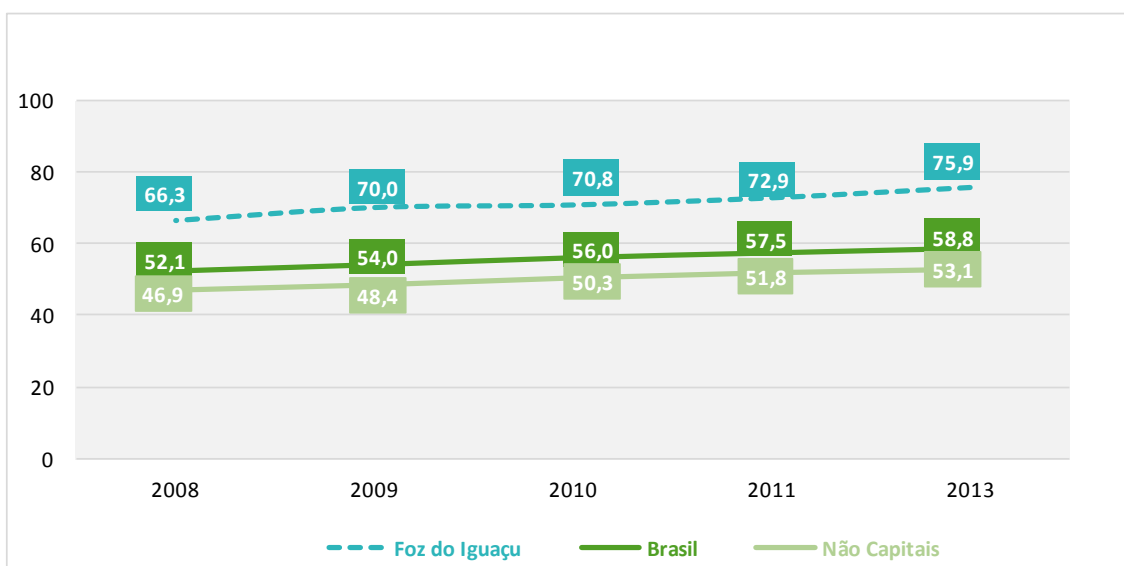
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 75,9 (nível 4). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou acima do índice obtido em 2011 (72,9):

Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013

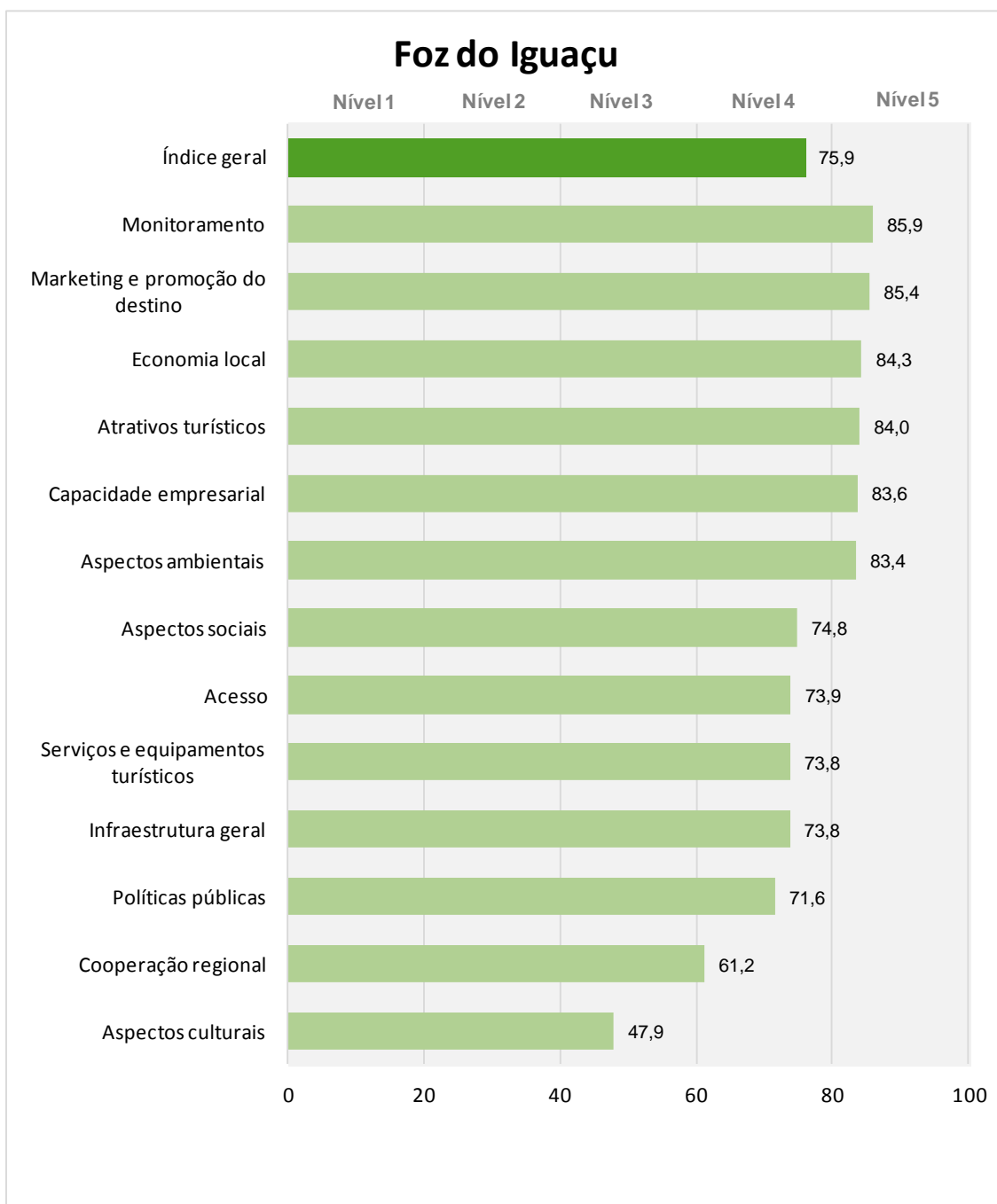


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice evoluiu, mantendo-se no mesmo nível de competitividade que 2011.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Monitoramento, Marketing e promoção do destino, Economia local, Atrativos turísticos, Capacidade empresarial e Aspectos ambientais, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, a dimensão com o menor nível de competitividade é Aspectos culturais, a qual não ultrapassou o nível 3 (abaixo de 60,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

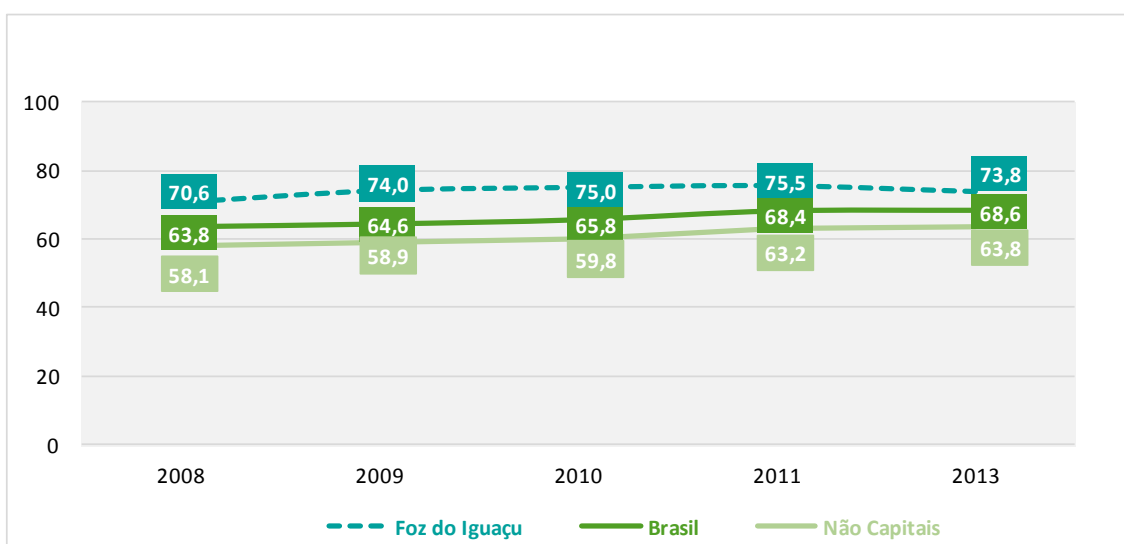


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Foz do Iguaçu registrou 73,8 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com estrutura para cirurgias de emergência, transfusão de sangue e traumatologia;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Existência de um programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de Defesa Civil no destino;

- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas;
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana; e
- Disponibilidade de lixeiras, telefones públicos e pontos de iluminação em quantidade suficiente no entorno das áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de grupamento de polícia militar especializado no atendimento ao turista; e
- Ausência de banheiros públicos e mau estado de conservação dos abrigos de ônibus no entorno das áreas turísticas.

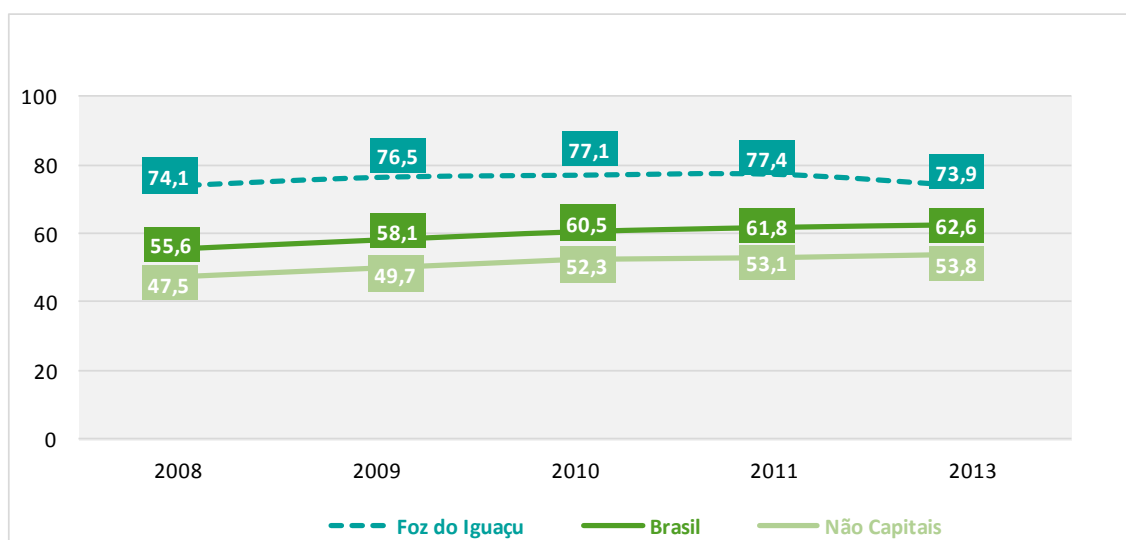
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 73,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal – Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu/Cataratas, com centro de atendimento ao turista, facilidades para pessoas com deficiência, condições de conforto e sanitários devidamente higienizados;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo de Foz do Iguaçu – com parada de ônibus na porta do terminal, além do serviço de táxi comum, conforme visita técnica ao município;
- Existência de um terminal rodoviário no destino, dotado de centro de atendimento ao turista, serviço bancário, lojas e iluminação das plataformas;
- Ausência de congestionamentos no destino;
- Disponibilidade de vagas públicas para estacionamento nas áreas turísticas, embora se tenha notado dificuldades de encontrar vagas no aeroporto, durante o período de obras;
- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas; e
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

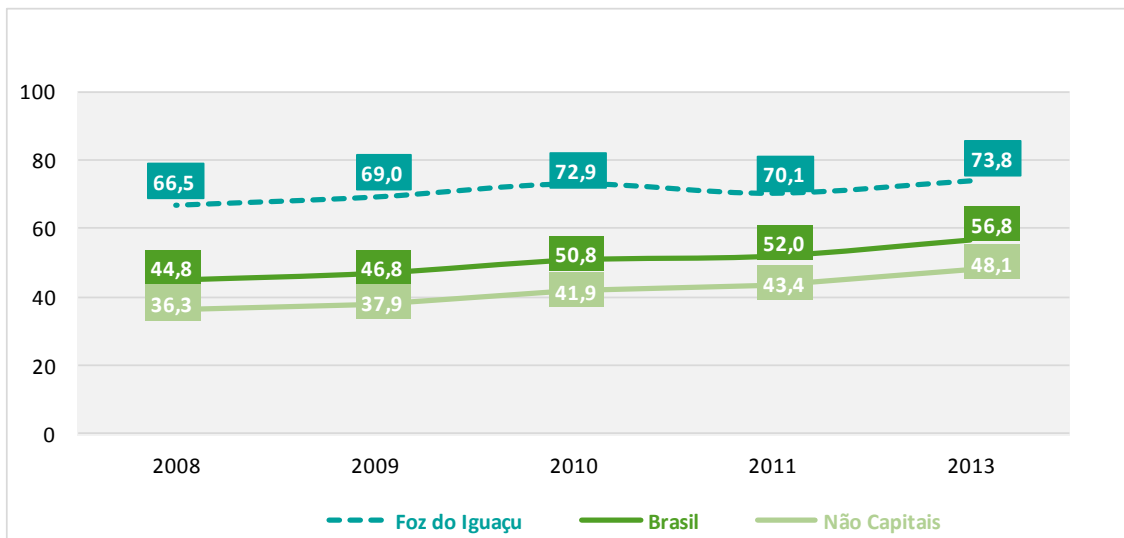
- Condições de conforto afetadas pelas obras no terminal aeroportuário do destino conforme constatado em visita técnica, além de necessidade de ampliação das opções de lojas e estabelecimentos de alimentação;
- Adaptações do terminal rodoviário fora dos padrões recomendados para o atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino; e
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissivos de turistas internacionais.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 73,8 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo **MTur**, conservada e com informações disponíveis em idioma estrangeiro;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa em alguns atrativos e disponível também em idioma estrangeiro;
- Existência de quatro Centros de Atendimento ao Turista no destino, que oferecem diversos serviços, como profissionais que fornecem informações sobre Foz do Iguaçu e seu entorno, contatos de guias e agências e display com folders e propagandas de serviços para os turistas;
- Centro de convenções no destino – o equipamento considerado foi Centro de Convenções de Foz do Iguaçu (Ceconfi), que dispõe de capacidade para mais de um evento, independentes e simultâneos, estacionamento próprio e adequado ao porte, auditório e facilidades para atender a, pelo menos, um tipo de deficiência;
- Localização do centro de convenções próximo às áreas turísticas;

- Oferta de outros espaços para a realização de eventos, como o centro de convenções do Hotel Rafain Palace, parque de exposições, auditórios e centros de conferência;
- Cumprimento de quesitos de acessibilidade na maioria dos meios de hospedagem;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em diferentes idiomas estrangeiros;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do **MTur**;
- Existência de organização representativa de guias; e
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos e de graduação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como hotelaria, organização de eventos, gastronomia, formação de guias e condutores e graduação em Turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

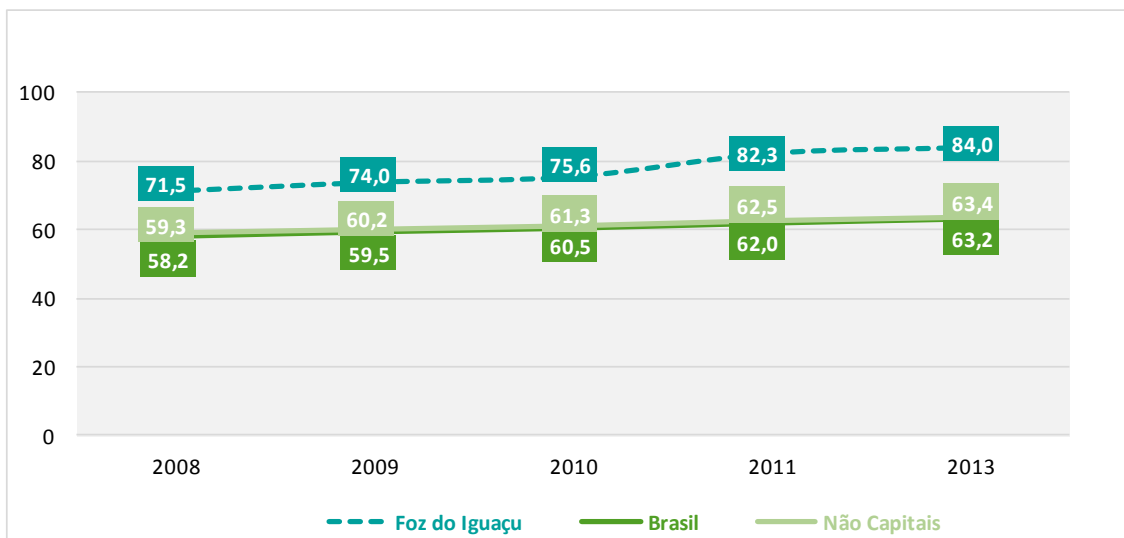
- Cobertura da sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Não há código sanitário municipal; e
- Faltam iniciativas para o fortalecimento de uma gastronomia regional e os restaurantes não preparam receitas baseadas em ingredientes locais/regionais típicos.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 84,0 nessa dimensão em 2013 (nível 5), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como as Cataratas do Iguaçu, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque das Aves;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Cataratas do Iguaçu –, manutenção da estrutura física disponível e adoção de quesitos de acessibilidade ao atrativo, conforme observado em visita técnica;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: o Ecomuseu, a Mesquita Sunita de Foz do Iguaçu e o Templo Budista;
- Monitoramento do limite de capacidade de carga/controle de visitantes e adoção de quesitos de acessibilidade no principal atrativo cultural, bem como evidência de conservação urbanística em seu entorno
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: o Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, o Cultivando Água Boa e o Latinoware;
- O centro de convenções do Hotel Rafain Palace, local onde acontece o principal evento programado indicado – o Festival de Turismo das Cataratas –

conta com ótima estrutura física, conservação urbanística e ambiental no seu entorno e plenas condições de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais;

- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para a Itaipu Binacional, principal atrativo indicado nesta categoria; e
- São adotados quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência na Itaipu Binacional.

Um fator limitante à evolução do indicador é a:

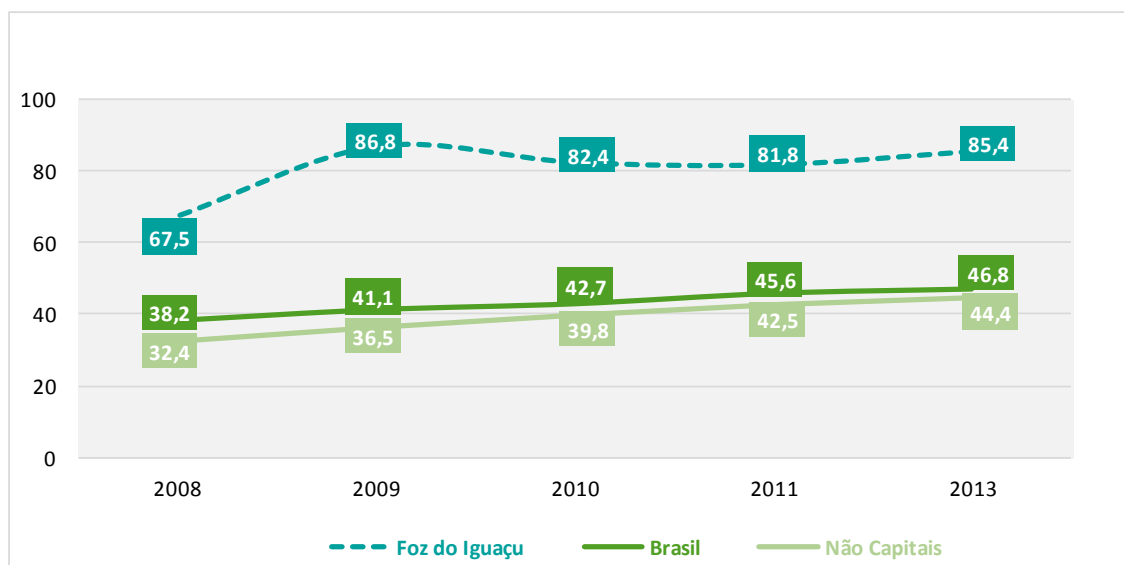
- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos.

2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de *marketing*; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 85,4 nessa dimensão em 2013 (nível 5), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Existência de um plano de marketing formal, elaborado com a colaboração de diversos atores, fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, que contempla a relação com agências e operadoras e com indicadores de desempenho definidos;
- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional e no internacional;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de visitantes e de relacionamentos estabelecidos. Esta prática ocorre em eventos de turismo e em eventos de outros setores não diretamente ligados ao turismo;
- O destino turístico produziu, no ano anterior, eventos próprios para se promover fora de seu território;

- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro, que deixa claro, ao visitante, a preocupação com a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Existência de material promocional que apresenta a oferta de espaços estruturados para eventos no destino;
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente e online;
- Informações turísticas sobre o destino na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço www.pmf.pr.gov.br; e
- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço www.iguassu.tur.br, também disponível em idioma estrangeiro.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Resultados dos eventos de turismo ou dos eventos de outros segmentos dos quais a cidade participa poderiam ser avaliados, também, por meio de pesquisa e apuração de valor de negócios estabelecidos;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre a importância de preservar o meio ambiente; e
- Ausência de informações na página promocional de turismo do destino que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

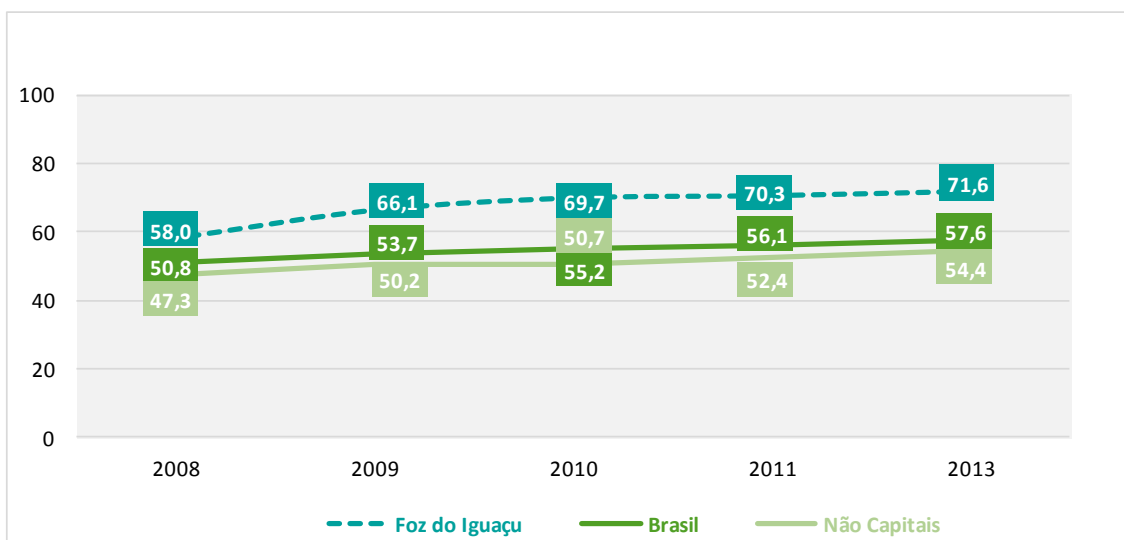
2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos:

(i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 71,6 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de uma secretaria municipal com a atribuição exclusiva de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo;
- A Secretaria de Turismo desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles a formatação de pontos de ônibus nos corredores turísticos, o Programa Integrado de Educação Turística; a seleção de pontos para instalação de torres de vigilância no destino e a aplicação do Pronatec para qualificação da Guarda Municipal em idiomas;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de conselho municipal de turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;
- Existência de Plano Diretor Municipal, que contempla o setor de turismo;

- Existência de planejamento formal para o setor de turismo – Planejamento Estratégico de Gestão do Turismo, realizado pelo Comitê Integrado de Turismo em 2008 e carente de revisão; e
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

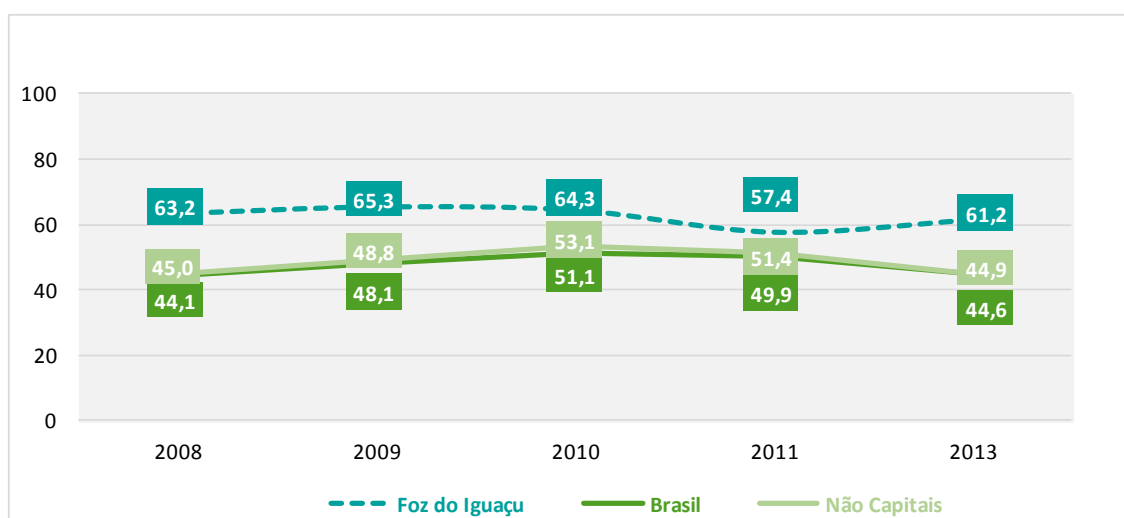
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor; e
- O Plano Diretor Municipal encontrava-se desatualizado até a conclusão do estudo de campo.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 61,2 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional – Agência de Desenvolvimento Turístico (Adetur) Cataratas do Iguaçu e Caminhos do Lago de Itaipu – que conta com a participação ativa de diversos atores do segmento turístico da região e que está formalmente constituída seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo;
- A instância de governança regional dispõe de um gestor executivo com dedicação parcial à coordenação e realiza parcerias com os setores públicos e privados dos municípios que representa;
- A instância de governança regional mantém reuniões mensais, conta com recurso próprio e dispõe de suporte – oferecido pelas prefeituras dos municípios integrantes e pela iniciativa privada – para a condução de suas atividades;
- Foram realizadas ações, com a mudança no formato e organização da instância de governança para Adetur, para mobilizar atores do segmento turístico do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região, no qual estão previstas atribuição de responsabilidades e metas de mercado, cujas ações e projetos contemplam o município avaliado;
- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e/ou agências, elaborados com informações de inventário ou cadastro da oferta turística, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;
- A elaboração dos roteiros regionais dos quais o destino faz parte considerou questões de sustentabilidade, como o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu; e
- O destino coproduz material promocional da região turística da qual faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

- Ausência de projetos de cooperação regional compartilhados com outros destinos da região Cataratas do Iguaçu e Caminhos do Lago de Itaipu;

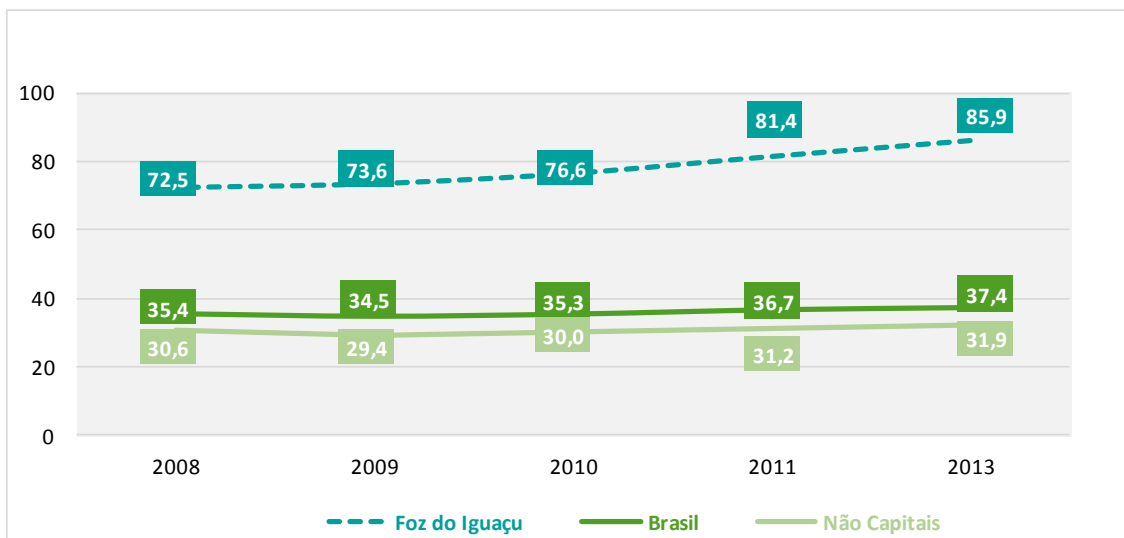
- Nos roteiros regionais dos quais o destino faz parte não foi previsto o monitoramento de aspectos relacionados à sustentabilidade à época de sua elaboração;
- Não participação do destino em eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais ou da região turística dos quais faz parte e não realização de ações promocionais em parceria com outros destinos da mesma região;
- Não houve ações promocionais voltadas para as operadoras e os agentes de turismo receptivo focadas na região durante eventos específicos, no ano anterior; e
- O destino não coproduz material promocional dos roteiros turísticos dos quais faz parte.

2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 85,9 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, realizada bianualmente, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta – Inventário – atualizada em 2012;
- Aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em planejamento, políticas públicas, ações de marketing e promoção, entre outros;
- Disponibilidade de um conjunto de estatísticas turísticas;
- Acompanhamento contínuo dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal;
- Monitoramento periódico dos impactos econômicos gerados pelo turismo, como a apuração da arrecadação de ISS e de empregos gerados; e
- Existência de setor específico de estudos no âmbito da administração pública local, Divisão de Estudos e Pesquisas Turísticas, que realiza pesquisas no segmento.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

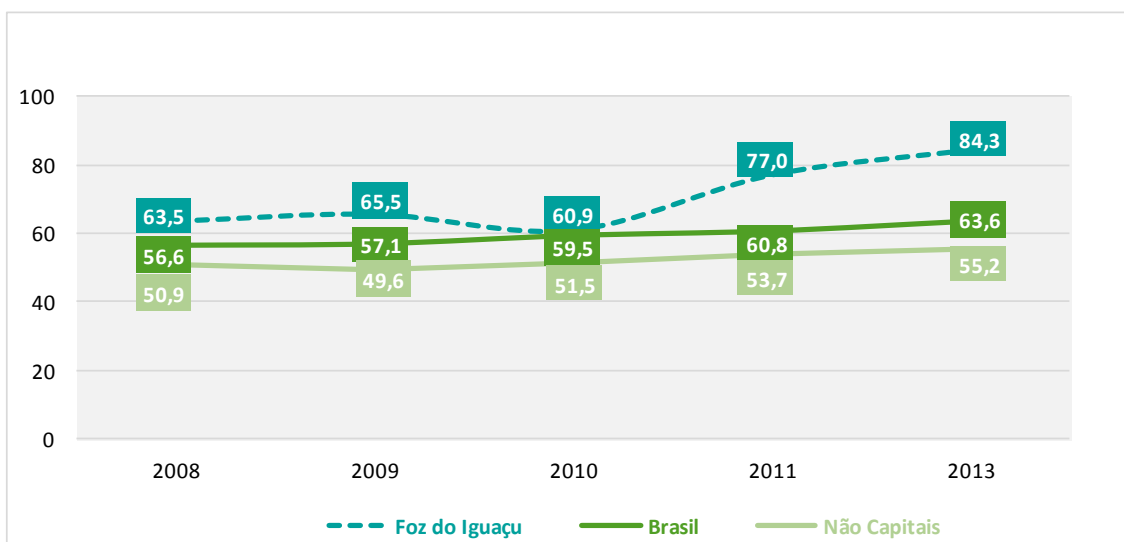
- Ausência de relatórios de conjuntura turística; e
- Não monitoramento dos impactos sociais e ambientais gerados pelo turismo.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 84,3 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos, como a biblioteca municipal;

- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, como a Casa do Empreendedor, mantida por um comitê gestor integrado pela Prefeitura e pelo Sebrae;
- Disponibilidade de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo (Lei 4068/2013);
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau* exclusivo da região - Iguassu Convention & Visitors Bureau; e
- Existência de um polo de produção e negócios significativo – Polo Tecnológico de Itaipu – que movimenta a economia local, e gera fluxo turístico receptivo.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, está:

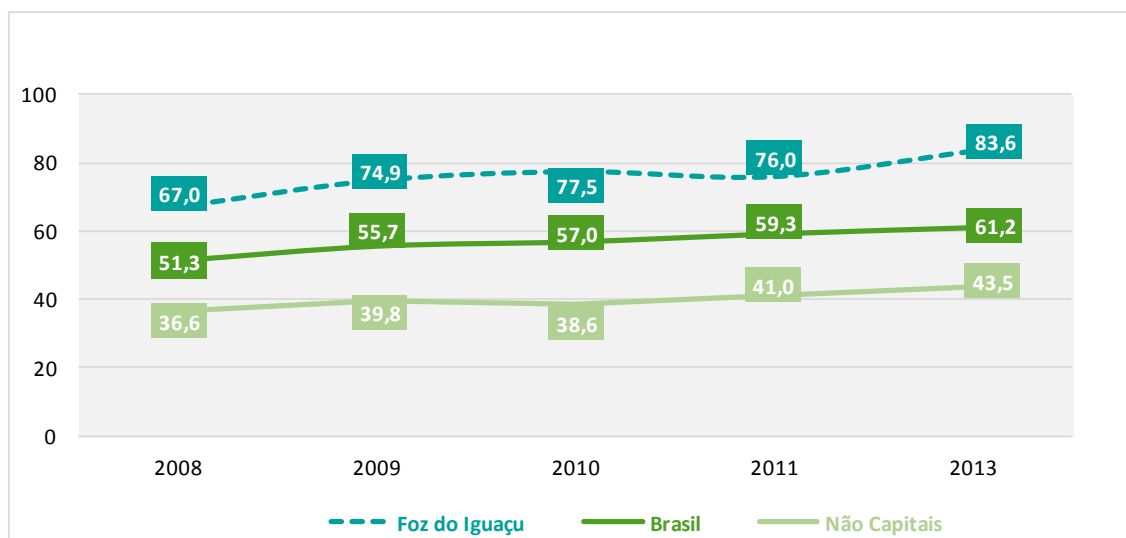
- Indisponibilidade de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 83,6 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência ou administrativos em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos, como o de hotéis ao longo da Avenida das Cataratas; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Os adensamentos de empreendimentos turísticos existente não fomentem o empreendedorismo como arranjos produtivos locais; e

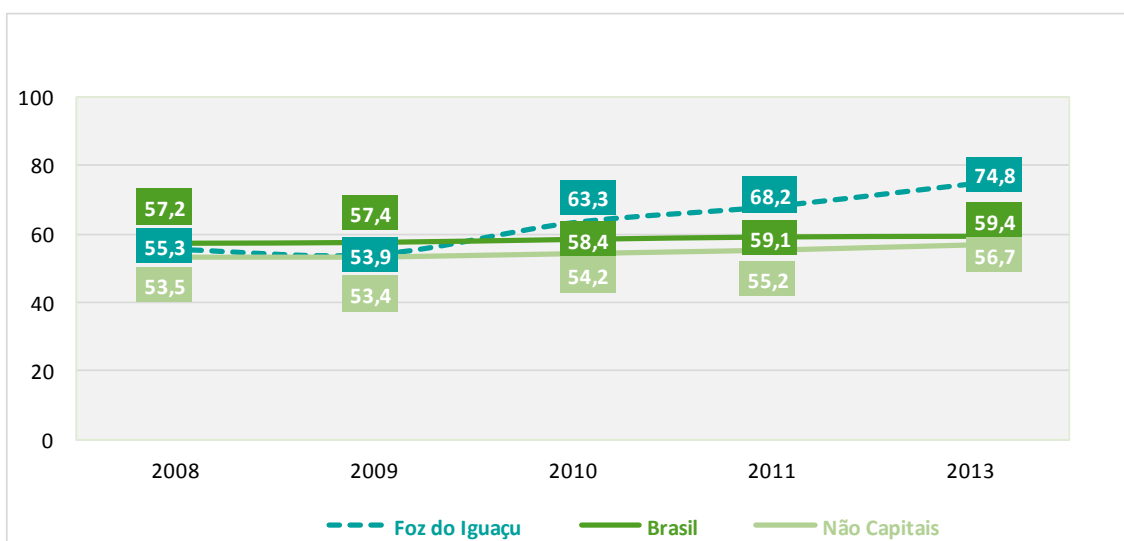
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas a falta de incentivos fiscais.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 74,8 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Existência de ações contínuas realizadas por parte da iniciativa privada ou entidades ligadas ao turismo para preservar os espaços e melhorar a circulação de turistas;
- Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino – por meio do Programa Integrado de Educação para o Turismo;
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio de Conferência Municipal de Turismo, realizada a cada dois anos; e
- Envolvimento da comunidade local com a atividade turística por meio de associações de moradores, de empresários e de trabalhadores do setor.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

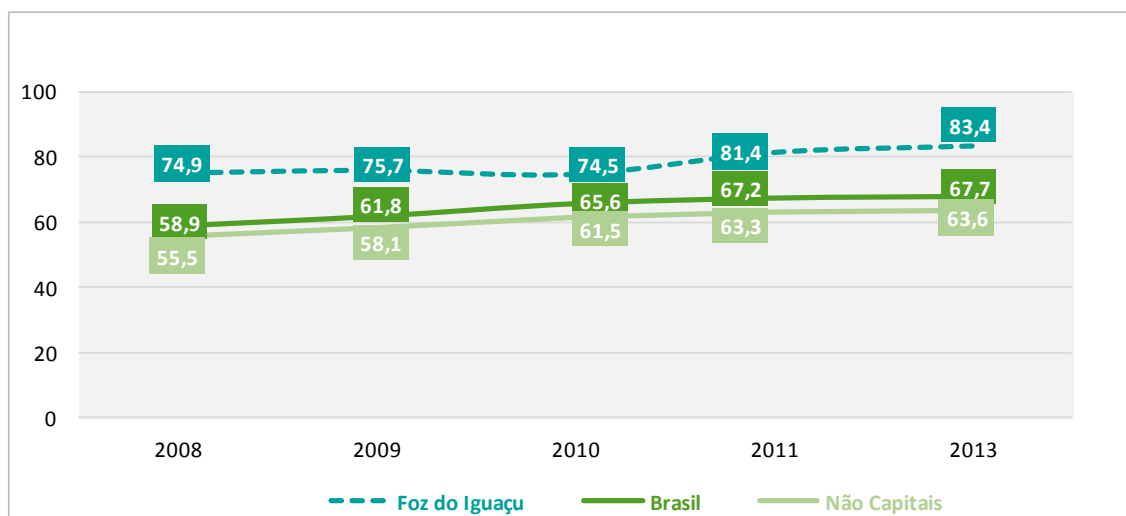
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo; e
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local ou para o respeito à cultura e ao patrimônio.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 83,4 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente - Secretaria Municipal de Meio Ambiente -;
- Existência de um Código Ambiental Municipal, em vigor desde 1993 e contra o qual não há ação judicial pública;
- Rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal, dentre as quais a principal é o Parque Nacional do Iguaçu, que dispõe de conselho gestor e na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

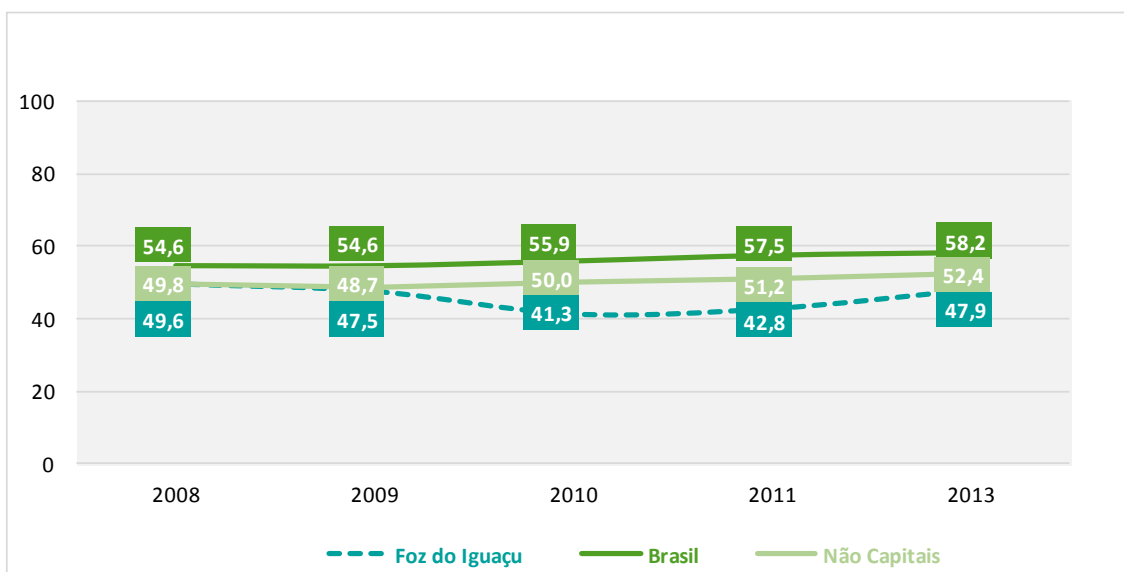
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como retirada fluvial de areia e a operação de usina hidrelétrica; e
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 47,9 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – Iñadeva – reconhecida em esfera local;
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território, entre elas os costumes e modos de vida da comunidade local de origem árabe;
- Manifestações religiosas no destino, sobretudo associadas ao Islamismo;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura;
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais; e
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Inexistência de culinária típica, que denota a carência de produções culturais que, associadas ao turismo, poderiam fomentar o fluxo de visitantes para o município;
- Ausência de patrimônio imaterial registrado;
- Inexistência de uma política de preservação de bens culturais imateriais;
- O fundo municipal de cultura não é efetivo;
- O destino não conta com projeto de implementação de turismo cultural já em execução; e
- Não há monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Foz do Iguaçu, é possível concluir que, em 2013, houve evolução do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Foz do Iguaçu		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	70,8	72,9	75,9
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	75,0	75,5	73,8
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	77,1	77,4	73,9
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	72,9	70,1	73,8
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	75,6	82,3	84,0
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	82,4	81,8	85,4
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	69,7	70,3	71,6
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	64,3	57,4	61,2
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	76,6	81,4	85,9
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	60,9	77,0	84,3
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	77,5	76,0	83,6
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	63,3	68,2	74,8
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	74,5	81,4	83,4
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	41,3	42,8	47,9

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das “Não capitais” refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.